

**ATA DA 560ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (CES-MG), dia 10 de Maio de 2021 (segunda - feira), horário: 9h às 18h na plataforma virtual.**

O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, iniciou a reunião com a leitura da pauta: 9h às 9h20min - Informes das Conselheiras e dos Conselheiros, e Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. 9h20min às 09h30min – Apreciação e aprovação das Atas (reunião ordinária de fevereiro e março de 2021). 09h30min às 10h30min – Plano Minas Consciente – razões das flexibilizações. 10h30min às 10h45min – Intervalo. 10h45min às 12h- Cenário Epidemiológico e de vacinação contra a Covid-19. 12h às 14h – Almoço. 14h às 15h30min – Apresentação Relatório Anual de Gestão 2019 e 2020. 15h às 15h15min – Intervalo. 15h15min às 18h – Debates. Os membros da Mesa Diretora se apresentaram: Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador - entidade CRP-MG, Renato Almeida de Barros, segmento trabalhador - entidade SIND-SAÚDE MG, Pedro Israel da Cunha, segmento usuário - entidade CNBB REG LESTE II, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuário - entidade Coletivo Bil, Marília Aparecida, segmento prestador - entidade AHFMG, Lígia Camargo, Assessoria de Parcerias em Saúde SES-MG, e todos prestaram seus sentimentos as mães e filhos por suas perdas pelo Covid 19. Informes: A conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Permanente (CTEP), Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhador - entidade CRESS-MG explicou que para o ano de 2020 estava previsto cinco oficinas para a formação de Conselheiras e Conselheiros para o Controle Social do SUS por meio de parceria entre o Conselho Nacional de Saúde e o CEAP, com o apoio do CES-MG, mas que as oficinas vão ocorrer de forma virtual para os inscritos em 2021. Considerando a proposta da formação na plataforma virtual sugerida pelo CEAP e membros da Regional Sudeste, foi definido duas oficinas e um Seminário. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, confirmou que o Seminário será realizado em Julho/2021 e será aberto a todas as Conselheiras e os Conselheiros. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, entidade Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, destacou a importância da Resolução nº 704 do Conselho Federal de Farmácia (CFF), de 30/04/2021 – aprova participação de farmacêutico em campanha de vacinação durante a pandemia sobre a aplicação de vacina contra a Covid-19 pelos farmacêuticos, nas campanhas ofertadas por instituições públicas ou privadas durante a pandemia. Fica autorizado ao farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia, com habilidade em aplicação de injetáveis, em participar da campanha de vacinação contra a Covid-19. Destacou a importância deste cuidado, ressaltou que cabe aos municípios se pronunciar para receber o auxílio dos profissionais disponíveis nesta campanha. Informou que mesmo em situação de pandemia as ações de saúde não podem “parar” e que alguns setores de atendimento à saúde já estão sofrendo a falta de funcionários que estão empenhados na

vacinação. Informou que a cada dois anos o farmacêutico deve fazer uma atualização para realizar procedimento de medicamentos injetáveis, mas que mediante a situação e necessidade de atuação dos farmacêuticos, a atualização prevista para tal procedimento se faz necessária. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Glayson da Silva Barbosa, entidade Conselho Regional de Odontologia (CRO), informou que a Resolução CRO-MG Nº 001/2021 que regula a interdição cautelar, na esfera de atuação do CRO-MG, do exercício profissional de inscrito, cuja ação ou omissão, decorrentes de sua profissão, esteja prejudicando gravemente a população, ou na iminência de fazê-lo. Destacou a falta de insumos e incidência de profissionais que poderiam estar sendo disponibilizados para os atendimentos de urgência e emergência. Informou que foi formalizado em ofício para enfatizar a necessidade de uma parceria do CRO-MG e CES-MG para atuar na fiscalização dos tratamentos eletivos e que devido à “onda vermelha” deixam de ser prestados, mesmo com a liberação de recurso para os mesmos. Informou que a Resolução CRO-MG Nº 003/2021 que Dispõe sobre revogação da Resolução CRO-MG nº 003/2018, que dispõe sobre os requisitos mínimos para inscrição de Operadoras de Planos de Saúde Odontológicos no Conselho de Regional de Odontologia de Minas Gerais. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, se prontificou a marcar uma reunião assim que for respondido o ofício para o plano de ação de fiscalização das ações do CRO-MG. A primeira Diretora de Comunicação do CES-MG, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, entidade Coletivo Bil, informou o dia internacional de combate à LGBTfobia foi instituído em 17 de maio, no ano de 1990, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a categoria “homossexualismo” da categoria de transtornos mentais. Informou sobre a transmissão da Live do Seminário que será realizado pelo Comitê Técnico de Saúde Integral em parceria com a SES-MG e UFMG, “Cuidar da adversidade faz bem para saúde”, onde poderão ser destacadas estratégias importantes para a humanização do acolhimento desta população. O Terceiro Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Pedro Israel da Cunha, segmento usuário, entidade CNBB REG LESTE II, informou que dia 17/06/2021 haverá uma Plenária da Câmara técnica da Gestão da Força do Trabalho para a discussão com os 33 (trinta e três) Conselhos Municipais de Saúde da Região Noroeste sobre a Organização Social (OS) e que o Ces já manifesto contrário a OS na Rede Fhemig e atendimento do Hospital Regional Antonio Dias em Patos de Minas. Explicou que se trata de uma iniciativa da Mesa Diretora do CES-MG e Câmara Técnica de Força e Gestão do Trabalho, onde foi solicitada a presença do Rodrigo Taufick, Promotor de Justiça de Patos de Minas, entre outros relacionados, com vistas a verificar as dificuldades que o Hospital Regional Antônio Dias enfrenta, e dar encaminhamento as autoridades de saúde da região. A secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador entidade CRP-MG, informa sobre a campanha do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, referente à situação dos cuidados aos psicólogos e outros profissionais de saúde no combate a Covid-19. Do acompanhamento e na “escuta” desses profissionais. Informou que o dia 18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial e destacou que a pauta

deste ano é “mais de 30 anos de luta por um Brasil sem manicômios”, e que as defesas neste ano são pela vida, pela liberdade, pelo SUS e pela vacinação para todos. Informou ainda que haverá no dia 24/05 uma Live da Fiocruz, que trará uma discussão sobre As Trabalhadoras e Trabalhadores invisíveis da Saúde em um contexto da saúde mental desses profissionais. Informou que haverá uma Live com a participação do Exmo. Eduardo Luiz da Silva - Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS), para a discussão dos desafios da Reforma Psiquiátrica, e a proposta de uma Live: Reforma Psiquiátrica – é no município que ela acontece, com previsão de realização no dia 31 de maio de 2021. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues destacou uma nota de repúdio á SES-MG, dar crédito aos esforços do CES MG, em relação ao anúncio da obra do Hospital Regional de Governador Valadares, e a retomada das obras do Hospital Regional de Governador Valadares, Demanda antiga da população de todo o Vale do Rio Doce vai beneficiar mais de 1,5 milhão de pessoas; Obras estavam paralisadas desde 2016. Mencionou que o Estado, por questões políticas, só retomou as construções agora, depois de muitas perdas de vidas e deteriorações. Informou também sobre a Live, dia 18/05, com a macrorregião para esclarecimento sobre os instrumentos de gestão, eleição nos Conselhos e a importância deste evento para esclarecimento da atuação dos mesmos em situação de pandemia Covid-19, que vai ter a participação do vice-presidente do CES. Reafirmou seu repúdio quanto á qualquer ação de saúde sem o conhecimento do CES-MG. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade FADEMG, solicitou esclarecimentos e providências quanto à assistência a paciente no Hospital Municipal de Ipatinga (avaliação do controle social) e agradeceu a ajuda do Ederson para auxílio á um familiar internado. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eduardo Araújo Souza, segmento usuário, entidade Morhan, relatou a incidência de óbitos pela Covid-19 e os impactos da flexibilidade do funcionamento de comércio em Uberlândia. Informou que a vacina proporcionou a diminuição de casos, mas que deve haver ainda contenção de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuária entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, agradeceu sua participação no curso de formação de Conselheiras e Conselheiros. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Adão Cândido da Silva, segmento usuário, entidade FADEMG, destacou a Nota Técnica Nº 467/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS que trata das orientações da vacinação dos grupos de pessoas com comorbidades, pessoas com deficiência permanente e gestantes e puérperas na Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19, 2021. Informou que em Itajubá já iniciou a vacinação nas pessoas inclusas nessas circunstâncias. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Antônio Pádua Aguiar, segmento usuário, entidade CUT-MG, informou sobre o convite para participação da plenária do Diesat com a parceria da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), e a promoção de curso de multiplicadores a se realizar no dia 11 de maio. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, requereu ao pleno a apreciação

das atas de Reunião Ordinária do CES-MG dos meses de Fevereiro e Março de 2021, aprovada com uma abstenção. O técnico da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Felipe Martins apresentou a pauta Plano Minas Consciente - razões das flexibilizações. Informou que o plano “Minas Consciente – Retomando a economia do jeito certo” orienta a retomada segura das atividades econômicas nos municípios do Estado. A proposta, criada pelo Governo de Minas Gerais, por meio das secretarias de Desenvolvimento Econômico (Sede) e de Saúde (SES-MG), sugere a retomada gradual de comércio, serviços e outros setores, tendo em vista a necessidade de levar a sociedade, gradualmente, à normalidade, através de adoção de um sistema de critérios e protocolos sanitários, que garantam a segurança da população. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, questionou as mudanças nos indicadores. O técnico informou que dez das quatorze macrorregiões de saúde permanecem na onda vermelha do Minas Consciente. O Plano Minas Consciente foi criado inicialmente com dados epidemiológicos e assistenciais, e se tornou multidisciplinar, com definição de quem e como são medidos esses indicadores. As mudanças de “cores” são mais intuitivas para melhor entendimento da sociedade, para setores afetados economicamente e alarme de proliferação da doença e seus impactos de forma geral. Informou que a “onda roxa” tem um caráter bem mais restritivo. Levantou as questões sociais no cenário de alta ocupação, e ressaltou que a onda roxa teve como propósito, evitar o “colapso”. O monitoramento analisa de forma quantitativa, todo tipo de medida relacionada à sociedade como um todo, por isso o Comitê Extraordinário criou o grupo de análise para discussões importantes dentro das demandas e expectativas de cada cenário. Destacou a desobediência civil às orientações da onda roxa. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, questionou a medida de flexibilização, mesmo com dados epidemiológicos altos no Estado de Minas Gerais, em razão de diagnóstico em regiões com estado crítico devido à aglomerações. O Primeiro Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Renato Almeida de Barros, segmento trabalhador, entidade SINDSAÚDE, informou a que as ações da Secretaria Estadual de Saúde e Governo devem agir em “defesa da vida. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, entidade Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, questionou a falta de clareza das deliberações do Estado em relação a definição de flexibilidade e funcionamento dos estabelecimentos, a onda roxa está “caindo no descrédito da população”. Que mesmo o comércio seja impedido de abrir ao público não muda o fato de ter aglomerações na prestação de serviços e “**Delivery** “. O Estado deve ser mais objetivo quanto às deliberações e aplicações da flexibilidade da prestação de serviços. A primeira Diretora de Comunicação do CES-MG, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, entidade Coletivo Bil, externou a sua preocupação com a flexibilidade, deu exemplo do dia das Mães, de vidas que são perdidas nestas aglomeração, que poderiam ser evitadas. Pessoas já estão vivendo normalmente, e aglomerando, sem o uso de máscara. A situação da flexibilização do plano Minas Consciente deve ser revista. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas



Gerais, Eduardo Araújo Souza, segmento usuário, entidade Morhan, destacou a situação de famílias de periferia que estão em casa, desempregados e sem alimento, da necessidade do Governo de Minas, priorizar o auxílio emergencial. A secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador entidade CRP-MG, informa que uma vez estabelecido o confinamento, tem de ser respeitado. O Estado de Minas Gerais em situação de onda roxa, deve ser monitorado. A população deve ser orientada. Se houvesse menos negação da ciência e mais efetividade, a população já estaria sendo vacinada desde novembro/2019. O comportamento virou uma questão de política. O técnico da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Felipe informou que houve diminuição de casos de Covid-19, devido ao plano Minas Consciente, mesmo diante de um quadro onde não se tem uma resposta direta. As discussões devem ser retomadas sempre, e quando se trata de reabertura econômica, de empregos, e atividades econômicas e sociais, geram uma demanda que necessita de orientação. Não existe uma regra geral que define o que é serviço essencial. O funcionamento de lojas dentro de suas atividades declaradas, cabe aos órgãos de fiscalização definir se cabe judicialização ou não para seu funcionamento. A servidora Maria Laura da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, da sala de situação apresentou o quadro epidemiológico do Covid-19 e o cenário assistencial do Estado de Minas Gerais. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, entidade Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, deu ênfase a possibilidade de aumento do contágio. A conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária, entidade FADEMG, questionou falta de entrega de equipamentos para estruturação da rede de leitos de UTI para que os pacientes “não sofram com a espera”. O Estado realizou o levantamento de informações á respeito de equipamentos entregues e seu funcionamento. A técnica da sala de situação da SES-MG, Maria Laura informou que houve uma diminuição de casos devido às prerrogativas da onda roxa. A servidora da SES-MG, Josiane Gusmão apresentou o plano de campanha de vacinação contra o Covid 19, maio/2021 e quadro de análise da ANVISA. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Glayson da Silva Barbosa, segmento trabalhador, entidade Conselho Regional de Odontologia, questionou a redução de distribuição de doses de vacinação para profissionais da saúde. Muitos profissionais da rede privada ainda não foram imunizados. Há discrepância nos registros e o número de doses já administradas. Requisita esclarecimento se ocorreu diferença por falha na alimentação do sistema? E solicita que a situação seja monitorada e solucionada. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, entidade Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, pede esclarecimento quanto á distribuição de vacinas, dos quantitativos passados ás Superintendências e das tabelas por área de trabalho. A primeira Diretora de Comunicação do CES-MG, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, entidade Coletivo Bil, questionou a data prevista para a vacinação dos grupos prioritários e também o percentual dos grupos de risco que foram vacinados, levando em consideração pessoas do mesmo grupo que se negaram a se vacinar. A conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais,

Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária, entidade FADEMG, questionou a falta de divulgação junto aos Conselhos das notas técnicas de distribuição das vacinas. Considera-se profissional da saúde aqueles de formação na área da saúde, mas que existem “trabalhadores” que atuam em atendimento administrativo em serviços de saúde não sendo do SUS, em áreas de saúde e importante priorizar estes grupos e os idosos. A conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Consuelo Aparecida Gonzaga, segmento usuária entidade FADEMG, informou que dentro do grupo de comorbidades, há pacientes cadastrados e não cadastrados. Há uma demanda que não pode ser suprida. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eduardo Araújo Souza, segmento usuário, entidade Morhan, informou que há pessoas que já tomaram a 1ª dose da CORONAVAC, com o atraso da 2ª dose. Pergunta se pode haver algum problema, em incluir neste cronograma as pessoas com comorbidades. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuário, entidade FADEMG, questionou a imposição de ser beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que cria a possibilidade de inclusão de idosos e pessoas com deficiência em diversos outros programas, serviços e benefícios sociais do governo federal que utilizam o cadastro como referência para seleção do seu público como condição para ter acesso à vacinação. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Adão Cândido da Silva, segmento usuário entidade FADEMG, questionou a falta de providências para os pacientes com deficiências. A técnica da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Josiane informa que as questões abordadas são de extrema importância. No País como um todo, não foi possível atender a todos os trabalhadores de saúde. Diante do quantitativo de trabalhadores de saúde ainda não atendidos, foi solicitado pelo Ministério da Saúde que os Municípios informem a estimativa real de seus trabalhadores. Destacou que no Estado de Minas Gerais foi deliberado e registrado no SIGSUS, a aprovação de solicitações adicionais de vacinas para oferta aos trabalhadores de saúde. Ressaltou que somente 300 municípios preencheram o formulário de solicitação de vacinas contra a Covid-19. Mediante a este quantitativo, o restante pode ter tido alguma dificuldade de preencher e reportar suas necessidades. Há dificuldade de verificação da distribuição das doses por falta de inclusão de dados. Em relação à compensação da vacina Pfizer, foram recebidos 3,6% para atendimento ao grupo de comorbidades, gestantes e pessoas com deficiências para Belo Horizonte e demais municípios. Há previsão de receber uma próxima remessa destinada ao Estado de Minas Gerais pelo Ministério da Saúde. A dinâmica de atendimento dos outros grupos que não se encontram em situação de risco e o atendimento pode depender de cada município. Ocorrendo atraso na aplicação de 2ª dose de vacina, não existe um estudo que comprove a não necessidade de aplicação da mesma. Há prioridade ao atendimento dos grupos de comorbidade, doenças raras dentre outros, com condições clínicas atestada pelo médico atestadas a gravidade de saúde. A Assessora Estratégica da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais - Marina Queiros Cury apresentou os Relatórios Anuais de Gestão 2019 e 2020 através de um panorama geral considerando a extensão do documento. O Vice-presidente do

CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, informou que os referidos instrumentos serão avaliados pelas Câmaras Técnicas e Comissões cujas análises feitas pelas conselheiras e conselheiros, serão incorporados no parecer da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento (CTOF) será apreciado e deliberado pela plenária do CES-MG. A assessora financeira e funcionária responsável pelo acompanhamento da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento, Graziella Corrêa Matias, destacou a importância do entendimento das Conselheiras e dos conselheiros sobre as finanças do Estado e do detalhamento das informações contidas nos instrumentos de gestão apresentados para a avaliação da assistência em saúde no exercício analisado. Informou que a Portaria N 3.992, de 28 de dezembro de 2017. Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento: I - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde; e II - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde. Mesmo neste “layout” as informações financeiras podem ser detalhadas para a melhor compreensão da natureza e destinação do gasto realizado. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eva Alívia da Silva, segmento trabalhador, entidade SINDSAUDE informou que na semana de Enfermagem foi realizada uma Live, a pedido da Associação Brasileira de Enfermagem, Programação Integrada da ABEn Nacional e ABEn-MG divulgada pelas Conselheiras Estaduais de Saúde de Minas Gerais, Maria Odete Pereira e Livia Cozer Montenegro, evento que destacou a necessidade de implantação do piso salarial da enfermagem, carga horária de 30 horas semanais. Destacou a importância da enfermagem ser celebrada com a luta de todos. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Maria Odete destacou a agenda da 82ª semana de enfermagem, e mencionou as instâncias que se pronunciarem para o cronograma. Destacou as dificuldades no apoio de parlamentares no Projeto de Lei nº 2564, de 2020 do Senado Federal Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira e Fixa piso salarial para os enfermeiros. A gestão do SUS e setor Privado também enxergam apenas as questões dos custos. A Secretária Geral do CES-MG convida as conselheiras e os Conselheiros a participação da Live: Trabalhadoras e trabalhadores invisíveis da saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da covid-19 no Brasil, participação da socióloga, doutora em Sociologia e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Maria Helena Machado, que também foi diretora do Departamento de Gestão do Trabalho e Regulação em Saúde (SGTES), no Ministério da Saúde, em duas gestões. Para contribuir com o momento participou a secretária-geral do CES-MG e coordenadora da Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica de Minas Gerais (CERP-MG),

## CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS

Lourdes Aparecida Machado; O coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT-MG), Antônio Pádua; e a coordenadora da Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho do CES-MG, Eva Alípia. Como mediadores, participaram o vice-presidente Ederson Alves da Silva e o 1º secretário do CES-MG, Renato Barros. O conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais e Coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT-MG), Antônio Pádua destacou as atividades de oficinas organizadas pela CISTT. Participaram da reunião as seguintes Conselheiras e Conselheiros: Ederson Alves da Silva, Segmento usuário - Entidade CUT-MG / Lourdes Aparecida Machado, Segmento trabalhadora - Entidade CRP-MG / Renato Almeida de Barros, Segmento trabalhador - Entidade Sind-Saúde MG / Pedro Israel da Cunha, Segmento usuário - Entidade CNBB REG LESTE II / Fernanda Coelho Carvalho, Segmento usuária - Entidade COLETIVO BIL / Marília Aparecida, Segmento prestador - Entidade AHFMG / Gláucia de Fátima Batista, Segmento trabalhador - Entidade CRESS / Roberto Santana Lisboa Batista, Segmento TRABALHADOR - Entidade CRF e Presidente do CMS da cidade de Conselheiro Lafaiete / Glayson Barbosa, segmento trabalhador (CRO) / Eri Rodrigues, Segmento usuário - Entidade MORHAN / Terezinha de Oliveira Rocha, Segmento usuário - Entidade FADEMG / Eduardo Araújo Souza, Segmento usuário - Entidade MORHAN / Leida Maria de Oliveira, Segmento usuário - Entidade FORUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL / Adão Cândido da Silva, Segmento usuário - Entidade FADEMG / Antônio Pádua Aguiar, Segmento usuário - Entidade CUT / Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, Segmento usuário - Entidade FADEMG / Consuelo Aparecida Gonzaga, Segmento usuária - Entidade FADEMG / Eva Alípia da Silva, Segmento trabalhador - Entidade Sind-Saúde MG / Maria Odete Pereira, Segmento trabalhador - ABEN. Justificou sua ausência: Secretário Estadual de Saúde SES-MG, Fábio Baccheretti Vitor.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2021